



1717
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Recurso de Agravo no Reexame Necessário e Apelação Cível
nº 311627-4**

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Mota Pimentel de Oliveira

Agravada: Vitória Alves de Freitas

Advogado: Gilmar José Menezes Serra Júnior

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO À SAÚDE. PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM O CUSTO DO TRATAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJPE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE.

1. A decisão monocrática guerreada se encontra inteiramente esteada no entendimento de que, à luz do que preceitua o art. 196 da CF/88 e do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso, nos moldes do que preceitua a Súmula nº 18 deste Egrégio Sodalício.

2. No particular, cumpre esclarecer que, ao contrário do que afirma o ora agravante, a pretensão da agravada encontra-se lastreada por exame e laudo médico subscrito por profissional especialista (fls. 41/45), documento apto a demonstrar a necessidade e utilidade do fármaco pleiteado.

3. Recurso de agravo a que se nega provimento de forma indiscrepante.



178
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo no Reexame Necessário e Apelação Cível nº 311627-4, em sessão realizada no dia 03 de 10 de 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 03 de 10 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator



179
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Recurso de Agravo no Reexame Necessário e Apelação Cível
nº 311627-4**

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Mota Pimentel de Oliveira

Agravada: Vitória Alves de Freitas

Advogado: Gilmar José Menezes Serra Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão terminativa proferida nos presentes autos de Reexame Necessário e Apelação Cível, que, com supedâneo no art. 557, §1º-A, do CPC, deu parcial provimento ao presente Reexame Necessário, no sentido de modificar a sentença tão somente para excluir a determinação de pagamento das custas processuais por parte do demandado, restando a mesma mantida em todos os seus demais termos, ficando prejudicado o apelo.

Em suas razões, de fls. 167/169, pugna o Estado agravante pela reforma da decisão vergastada, sob o argumento de que a mesma não se enquadra nas hipóteses do art. 557 do CPC, uma vez que a matéria discutida nos autos versa sobre o descabimento do fornecimento injustificado de procedimento cuja alternativa terapêutica fornecida pelo SUS é igualmente eficaz e não sobre a obrigatoriedade de concessão de medicamentos às pessoas carentes.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 2ª Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 03 de ABR de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



180
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Recurso de Agravo no Reexame Necessário e Apelação Cível
nº 311627-4**

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Mota Pimentel de Oliveira

Agravada: Vitória Alves de Freitas

Advogado: Gilmar José Menezes Serra Júnior

VOTO

Inicialmente, ressalte-se que a decisão monocrática guerreada se encontra inteiramente esteada no entendimento de que, à luz do que preceitua o art. 196 da CF/88 e do princípio da dignidade da pessoa humana, comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Neste sentido, a Súmula nº 18 deste Egrégio Tribunal de Justiça:

Súmula nº 18, do TJPE - É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Como já observado anteriormente, ao contrário do que afirma o ora agravante, a pretensão da agravada encontra-se lastreada por exame e laudo médico subscrito por profissional especialista (fls. 41/45), documento apto a demonstrar a necessidade e utilidade do fármaco pleiteado.

Ademais, como destacado no enunciado da súmula acima transcrita, o fato do medicamento pleiteado não fazer parte da lista de dispensação excepcional elaborada pelo Ministério da Saúde não isenta o Poder Público do seu dever de fornecimento gratuito, quando comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte do requerente, sob pena de abrir-se orifício de esvaziamento da garantia constitucional insculpida no art. 196 da CF/88, pois bastaria não listar o medicamento para desobrigar-se do ônus de cobrir o seu custo.



181
2

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ante o exposto, voto pelo improvimento do presente
Recurso de agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos
os seus termos.

É como voto.

Recife, 13 de 10 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator